

A continuidade do trabalho nessa temática deveu-se ao desejo de contribuir para ampliar, no campo da Ciência da Informação, as possibilidades de apropriação e uso da proposição de Wersig e Neveling (1975) como fundamento teórico à *práxis* dos profissionais da informação.

Em 2013 realizei uma pesquisa exploratória buscando os “Indícios da temática *responsabilidade social* na literatura da Ciência da Informação indexada pela Brapci (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos da Ciência da Informação). A pesquisa adotou o *método indiciário* e o *brauseio* como instrumentos para a identificação dos indícios de produção sobre a temática na literatura brasileira indexada pela Brapci.

Foi observado que a produção sobre a temática vem crescendo na literatura brasileira, em número de autores e artigos, abordando temas relacionados à *epistemologia* (responsabilidade social como fundamento da Ciência da Informação), à *teoria* (ações de política e gestão na sociedade da informação) e à *aplicação* (gestão em unidades de informação).

Dentre 78 artigos selecionei 40 cujas temáticas foram consideradas pertinentes ao escopo da pesquisa, no intervalo de 1999 a 2012. Foram identificados 50 autores que publicaram sobre *responsabilidade social da CI* no período, e dentre eles 17 duplas de autores, das quais duas se repetiram, no período.

No contexto em que foi realizada a pesquisa e com os instrumentos utilizados, encontrei evidências plausíveis e aceitáveis de que essa temática conta com o interesse de um núcleo de pesquisadores que aplicam essa abordagem a diversos problemas de informação na sociedade brasileira.

De modo que de 1999 até 2017 venho ampliando essa reflexão sobre a temática *responsabilidade social da CI*, sobre a qual publiquei artigos em periódicos da área e apresentei comunicações orais em eventos como CBBB, ENANCIB, CIFORM, SECIN, SBEI e outros.³ E desde 2010 venho contextualizando a aplicação desse conceito na sociedade em rede, trazendo para a rede conceitual da responsabilidade social da CI o construto de *inteligência coletiva* de Pierre Lévy.

Este autor propõe que ao longo do tempo histórico as sociedades humanas desenvolveram *espaços antropológicos*, que se iniciam com a possibilidade de exploração do primeiro grande espaço aberto à nossa espécie: a Terra. Os modos de conhecimento específicos desse primeiro espaço são os mitos e os ritos.

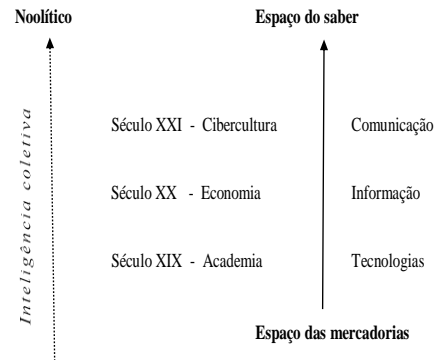
O segundo espaço, do Território, emergiu com o neolítico e suas inovações socioculturais: a agricultura, a cidade, o estado e a escrita. Aqui, “começa a história e o desenvolvimento dos saberes de tipo sistemático, teórico ou hermenêutico”, e surgem “as organizações orientadas por lógicas de pertencimento ou de exclusão”.

O terceiro espaço, das Mercadorias, tem o fluxo como princípio organizador: fluxo de energias, de matérias-primas, mercadorias, capitais, mão-de-obra, informações. Supera os anteriores em velocidade. Desse estágio emerge o espaço do saber, caracterizado pela inteligência e conhecimento coletivos, com uma função hegemônica sobre os demais espaços, no rumo do *neolítico* (Idade do sicílio ou do espírito).

³ Na ordem em que aparecem: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação; Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, Seminário em Ciência da Informação, Simpósio Brasileiro de Ética da Informação.

Figura 2: Inteligência coletiva nos espaços antropológicos

É no contexto da disseminação das tecnologias digitais de informação e comunicação que emerge, na sociedade contemporânea, o *espaço* caracterizado pela “inteligência e saber coletivos” (LÉVY, 2000, p.24) e que teria a vocação de comandar os demais espaços.



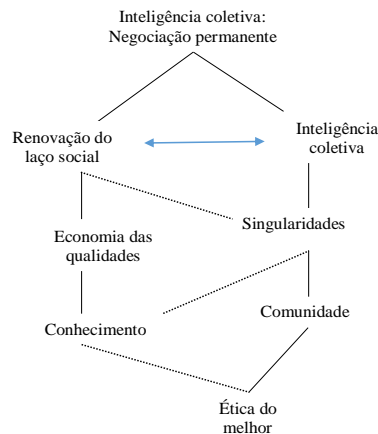
Nesse espaço, seria necessário “engajar a singularidade, a própria identidade *peçoal* na vida profissional”, numa dupla mobilização subjetiva, “bastante individual, de um lado, mas ética e cooperativa, de outro” (LÉVY, 2000, p.23). Pois, na sociedade em rede, “o saber tornou-se a nova infra-estrutura” (LÉVY, 2000 p.19).

Na visão do autor, no *espaço do saber* as TDIC devem nos permitir “compartilhar nossos conhecimentos e apontá-los uns para os outros, o que é a condição elementar da inteligência coletiva”, engajando a identidade pessoal na atividade profissional, numa dupla mobilização: individual, mas coletiva, ética e cooperativa.

Nesse processo de construção da inteligência coletiva, destaca-se a relevância de uma *engenharia do laço social*, que pode ser vista como “a arte de suscitar coletivos inteligentes e valorizar ao máximo a diversidade das qualidades humanas”. E no núcleo da engenharia do laço social, se desenvolve a *economia das qualidades humanas*, cuja ação implicaria na emergência de uma ética da inteligência coletiva, ou uma ética do melhor.

É esse contexto da abordagem da comunidade científica como espaço de criação e compartilhamento de saberes, e a Ciência da Informação como tear interdisciplinar onde se reúnem os fios da rede conceitual para abordagem de um problema de informação. Nesse contexto, a rede conceitual da inteligência coletiva de Lévy pode ser descrita como segue:

Figura 3: Rede conceitual da *inteligência coletiva*



Nesse sentido, o presente exercício experimenta entrelaçar, na rede conceitual, o fio conceitual da *competência ética* na visão Francisco Varela (1995), de modo a aproximá-la da perspectiva de uma inteligência coletiva fundamentada nas qualidades humanas, no contexto da *responsabilidade social da CI*.

A seguir, a rede conceitual do presente exercício, tendo o *espaço do saber* como atrator conceitual (Wersig, 1993) e incluindo a *competência ética* de varela (1995):



Para Varela, a competência ética consiste no reconhecimento da exigência, na vida humana, de uma prática transformadora, fundamentada em um saber próprio que afirma nossa condição de espécie gregária, solidária e consciente de si e do outro.

Na abordagem de Varela (1995), a competência ética seria ao mesmo tempo pessoal e social, individual e coletiva, biológica e cultural — como no processo da inteligência coletiva. A tese de Varela se fundamenta na visão do observador [sujeito] como um sistema vivo, autopoietico [isto é, auto-organizador]. Este sujeito está integrado em um contexto histórico e social — o qual, por sua vez, deve ser visto como resposta à pressão do dever biológico da espécie, no seu longo esforço de adaptação [evolução] às variações do ambiente.

Nesse contexto, Varela propõe que “a ética está mais próxima da sabedoria do que da razão, mais próxima da compreensão [do que] deve ser o bem do que da formulação de princípios corretos”. E destaca que as ciências cognitivas não têm dado atenção à compreensão da nossa habilidade para solucionar problemas imediatos a partir de um *saber fazer*. Uma perícia advinda da experiência milenar da espécie humana, na sua lida com os desafios à sobrevivência.

Mas há um ponto de vista emergente nas ciências cognitivas, conforme Varela (1995), mediante a proposição de que as unidades apropriadas de conhecimento são, antes de tudo, concretas, corporificadas, vividas. Pois o mundo não é algo que nos é “dado”, mas é alguma coisa qual participamos graças ao modo como nos movemos, tocamos, respiramos e comemos.

Assim, a cognição não é formada por representações mentais, mas por ações corporizadas. Nossa memória ancestral está no corpo. De modo que o saber fazer se coloca em contraposição à reflexão e à análise, o como fazer registrado pela escrita.

Resumindo, a maior parte da nossa vida mental e ativa está centrada em habilidades desenvolvidas ao longo da evolução humana, acrescidas das nossas próprias experiências pessoais no contexto da nossa cultura. Contudo, esse saber fazer adquirido ao longo da história é transparente para nossa cognição. Assim, não temos consciência do *saber fazer* no cotidiano. É necessário desenvolver essa consciência, e a esse processo Varela denomina *competência ética*.

Este saber fazer representaria também um saber viver, fundamentado numa prática transformadora que nada mais requer senão uma consciência, momento a momento, da natureza virtual de nós mesmos. Portanto, uma enorme parte da nossa vida — trabalhar, se mover, falar, comer — se manifesta como *saber fazer*. Nessa listagem Varela acrescenta: responder às necessidades dos outros, definida como o autêntico cuidar de si mesmo.

Conclui-se, então, que um autêntico cuidar de si mesmo representaria o verdadeiro fundamento do Ser Humano, e poderia se tornar plenamente manifesto através de uma bem sucedida prática ética. Assim, o ponto central na competência da ética consiste no reconhecimento da exigência, na vida humana, de uma *prática transformadora* de modo a colocar em ação a afirmação científica de que somos uma espécie gregária, solidária e consciente.

Enfim, encerrando essa breve reflexão, na qual entrelacei os fios de uma rede conceitual sobre uma competência ética necessária ao profissional da informação, na sociedade contemporânea, reconheço que não há um manual a consultar sobre a temática do de um saber fazer ético.

Mas o propósito não é apenas refletir, mas, especialmente, contribuir para a formulação e discussão de modelos de intervenção no regime de informação do ciberespaço, criando oportunidades para um projeto de inteligência coletiva na comunidade acadêmica.

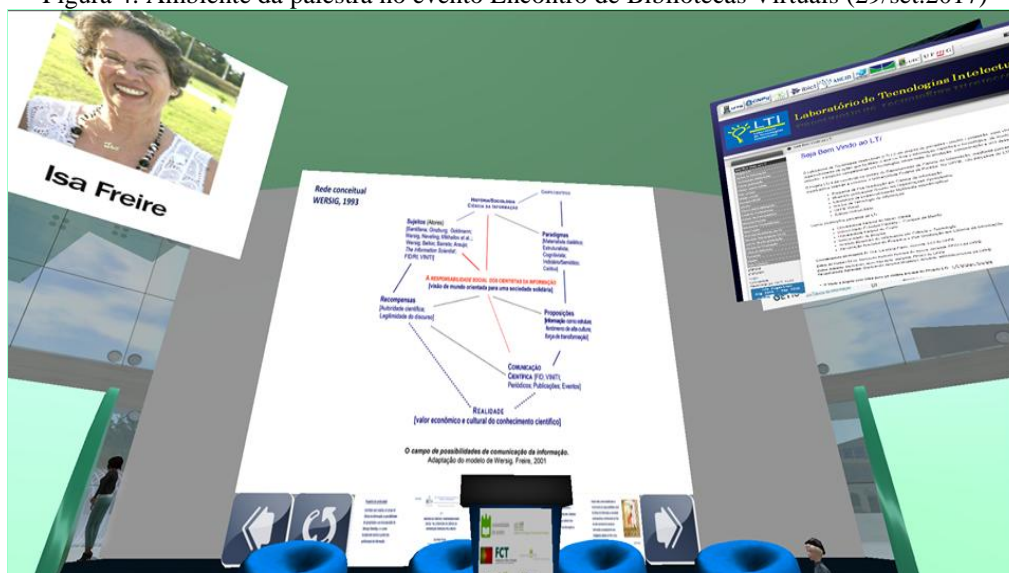
O que representa uma oportunidade histórica para os profissionais da informação, no que diz respeito a novas formas de atuação colaborativa, como *inteligência coletiva* para criar, p.ex., modos e meios para inclusão informacional *pari passu* com ações para cidadania (como nos portais de transparência) e inclusão social (como no empoderamento de grupos na *web*).

Essa visão pode significar um novo olhar teórico sobre a prática, os conceitos e tecnologias no campo da Ciência da Informação. Um olhar que contemple o outro, e possa se traduzir no desenvolvimento de uma *práxis* que nos aproxime, o mais possível, das pessoas e grupos nos quais a informação poderá se manifestar como possibilidade de conhecimento.

Para não esquecer que o ‘outro’ sou eu, na dupla hélice do DNA.

Grata pela presença e pela atenção.

Figura 4: Ambiente da palestra no evento Encontro de Bibliotecas Virtuais (29/set.2017)



Fonte:

<https://www.facebook.com/bibliotecavirtualpaulolet/photos/pcb.1327964433980737/1327961417314372/?type=3&theater>

REFERÊNCIAS

FREIRE, I.M. Uma inteligência coletiva no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais - LTI. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 9, p. 169-186, 2016.

FREIRE, I.M. Tecendo uma rede conceitual na Ciência da Informação: tecnologias intelectuais para competências em informação. *Informação & Tecnologia*, v.1, n.1, 2014.

FREIRE, I.M. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Dout. Ciência da Informação). Rio de Janeiro: IBICT – UFRJ, 2001.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. SP: Loyola, 2000.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, mar. 1993.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**. v.9, n.4, 1975.